

## ✓ Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas<sup>1</sup>

**Francisco Anderson Carvalho de Lima**  
(Universidade Federal do Ceará – UFC)

**Alcides Fernando Gussi**  
(Universidade Federal do Ceará – UFC)

<sup>1</sup> Artigo oriundo de recortes das discussões teóricas da tese de doutorado Atenção Psicossocial e o Atlântico Negro: avaliação da ação pública em saúde mental no Brasil e em Cabo Verde, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (88887.493675/2020-00).

**Resumo:** Considerando que o campo da Avaliação de Políticas Públicas conforma a produção de conhecimento científico em um sistema-mundo colonial moderno, questionamos como aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade são considerados ou se articulam no desenvolvimento desse campo. Objetivamos situar elementos epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais de perspectivas diversas da Avaliação de Políticas Públicas sob a ótica da contracolonialidade e descolonialidade, operando os signos da raça, gênero e Estado-nação como ferramentas coloniais. Metodologicamente, sistematizamos o campo, discutindo seus limites e possibilidades no âmbito destes fenômenos, tencionando fundamentar uma crítica. Concluímos que, apesar de as perspectivas pluralistas e contra-hegemônicas se desenvolverem na tentativa de superar práticas que desconsiderem a vida no exercício da avaliação de políticas, o campo da avaliação opera a colonialidade. Portanto, propomos incrementar a crítica visando a atualização e o desenvolvimento do campo, a fim de estabelecer a possibilidade do exercício descolonial de avaliação.

**Palavras-chave:** Avaliação de Políticas Públicas. Epistemologia. Estudos Decoloniais.

### EN Can the subaltern evaluate? Possibilities of a counter-hegemonic turn as a decolonial option in the field of public policy evaluation

**Abstract:** Considering that the scientific knowledge that makes up the field of Public Policy Evaluation emerges in a modern colonial world-system we question how aspects related to coloniality, subalternity, and racialism are considered or articulated in its development. We aim to locate epistemological, methodological and theoretical-conceptual elements from different perspectives of Public Policy Evaluation from the perspective of counter coloniality and decoloniality operating the signs of race, gender, and nation-state as colonial tools. Methodologically we systematized the field discussing its limits and possibilities within the scope of these phenomena, intending elaborate and support a critique. We conclude that despite pluralist and counter-hegemonic perspectives being developed in an attempt to overcome practices that disregard life in the exercise of policy evaluation, the field still operates with coloniality. Therefore, it is urgent to increase the criticism aimed at updating and developing the field in order to establish the possibility of a decolonial evaluation exercise.

**Key-words:** Public policy evaluation. Epistemology. Decolonial studies.

### ES ¿Puede el subalterno evaluar? Posibilidades de un giro contrahegemónico como opción descolonial en el campo de la evaluación de políticas públicas

**Resumen:** Considerando que la producción de conocimiento científico que conforma el campo de la Evaluación de Políticas Públicas surge en un sistema-mundo colonial moderno, nos preguntamos cómo los aspectos relacionados con la colonialidad, la subalternidad y la racialidad son considerados o articulados en su desarrollo. Buscamos ubicar elementos epistemológicos, metodológicos y teórico-conceptuales desde diferentes perspectivas de Evaluación de Políticas Públicas desde la perspectiva de la contracolonialidad y la descolonialidad, operando los signos de raza, género y Estado-nación como herramientas coloniales. Metodológicamente, sistematizamos el campo de la Evaluación de Políticas Públicas, discutiendo sus límites y posibilidades en el ámbito de estos fenómenos, con la intención de sustentar una crítica. Concluimos que a pesar de que se están desarrollando perspectivas pluralistas y contrahegemónicas en un intento por superar prácticas que desconocen la vida en el ejercicio de la evaluación de políticas, el campo aún opera con colonialidad. Por tanto, es urgente incrementar las críticas dirigidas a la actualización y desarrollo del campo, a fin de establecer la posibilidad de un ejercicio de evaluación descolonial.

**Palabras-clave:** Evaluación de políticas públicas. Epistemología. Estudios Decoloniales.

### FR Le subalterne peut-il évaluer ? Possibilités d'un virage contre-hégémonique comme option décoloniale dans le champ de l'évaluation des politiques publiques

**Résumé** Considérant que la production de connaissances scientifiques qui composent le domaine de l'évaluation des politiques publiques émerge dans un système-monde colonial moderne, nous nous demandons comment les aspects liés à la colonialité, la subordination et la racialité sont considérés ou articulés dans son développement. Nous visons à localiser des éléments épistémologiques, méthodologiques et théoriques et conceptuels à partir de différentes perspectives d'évaluation des politiques publiques du point de vue de la contre-colonialité et de la décolonialité, en utilisant les signes de race, de genre et d'État-nation comme outils coloniaux. Méthodologiquement, nous avons systématisé le champ, discutant de ses limites et de ses possibilités dans le cadre de ces phénomènes, dans l'intention de soutenir une critique. Nous concluons que malgré le développement de perspectives pluralistes et contre-hégémoniques pour tenter de surmonter les pratiques qui ignorent la vie dans l'exercice de l'évaluation des politiques, le champ fonctionne toujours avec la colonialité. Il est donc urgent de multiplier les critiques visant à actualiser et développer le champ, afin d'établir la possibilité d'un exercice d'évaluation décolonial.

**Mots-clés:** Évaluation des politiques publiques. Épistémologie. Études décoloniales.

## INTRODUÇÃO

Este artigo, de caráter ensaístico, emerge de inquietações no âmbito do estudo e pesquisa no campo da Avaliação de Políticas Públicas, constituindo-se como notas preliminares acerca de uma proposta de discussão político-epistemológica a se desdobrar no campo.

Partimos de questionamentos acerca da disposição do campo científico que legitima e produz os estatutos de conhecimento que conformam a Ciência moderna, os quais restam inscritos na formação de um sistema-mundo imbricado no processo de acumulação primitiva do capital que delinea as noções de Estado e Ocidente a partir do eurocentrismo (Wallerstein, 2011).

O desenvolvimento deste sistema-mundo, ademais, se localiza como desdobramento das empreitadas colonialistas europeias contra os povos indígenas, asiáticos e africanos, inaugurando diversas formas de violência colonial, tais como o epistemicídio, o racismo e o sexismo, dentre matrizes diversas de subalternização inscritas como signos da modernidade colonial (Mignolo, 2003). Podemos considerar que o amálgama destes aspectos funda um sistema mundo moderno colonial, contingenciando o Estado-nação e a Ciência.

Nesse contexto, a Avaliação de Políticas Públicas vem se desenvolvendo inscrita nas modulações de um campo científico que carrega consigo a insígnia de desdobramentos da ação pública do Estado.

Ao se lançar um olhar epistemológico para este campo, observamos sua configuração por meio de distintas noções epistêmicas nominadas de diferentes formas, como avaliações tradicionalistas, construtivistas, pluralistas e antropológicas, que operam o esforço avaliativo em classificar diferentes correntes teóricas e que, ao mesmo tempo, modulam a ação pública em sua relação com atores sociais que comportam o Estado-nação, traduzindo noções epistemológicas diversas (Boullosa et al., 2021).

Se, tradicionalmente, a avaliação parte de esforços de mensuração atrelados ao aspecto gerencialista, sob a égide do mercado, em consonância a valores como eficácia, eficiência e efetividade, constituindo manuais e guias que acabam por desconsiderar as dimensões intersubjetivas da atividade avaliativa (Boullosa et al., 2021), com o desenvolvimento do campo passaram-se a construir modelos, propostas e abordagens com outros enfoques que alargam o campo e a experiência avaliativa, tomando como foco aspectos da

cultura (Gussi; Oliveira, 2016a) e da experiência da política (Lejano, 2012) por parte dos atores envolvidos, sobretudo em aproximações paradigmáticas com o construtivismo, o pós-construtivismo e a Antropologia (Guba; Lincoln, 2011; Gussi, 2014; Lejano, 2012; Rodrigues, 2008; 2016; Boullosa, 2020).

Contudo, em que pese o reconhecido esforço de desenvolvimento do campo empreendido por essas abordagens, questionamos como os aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade, são considerados ou se articulam no desenvolvimento e no delineamento de saberes e práticas na tessitura da pesquisa e construção do conhecimento em avaliação de políticas públicas.

Assim, neste artigo, problematizamos a subalternidade a partir do argumento de que, no campo avaliativo, o sujeito subalternizado resta por vezes excluído ou instrumentalizado, uma vez que, ao pertencer “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12), figura na disposição do campo científico por meio de assimetrias epistemológicas, no seio do julgo colonial que funda a Ciência, a Modernidade e o Estado, os quais, por sua vez, instrumentalizam a raça e o gênero, dentre outros elementos, como ferramentas coloniais, situando os sujeitos em regime subalternizado, inscritos abaixo em um processo de deslegitimação do conhecimento por meio do epistemicídio.

A partir disto, questionamos se, afinal, mais que participar dos processos avaliativos, o que advém, por exemplo, das avaliações nominadas como participativas (Furtado, 2001), pode o subalterno avaliar? Assim, objetivamos discutir elementos políticos, epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais de diferentes perspectivas e matrizes epistêmicas, na tentativa de construir um giro contra-hegemônico a operar a opção descolonial.

Para tanto, este texto se estrutura em notas iniciáticas de forma em que lançamos uma breve apresentação de proposições acerca da colonialidade a fim de situar a opção decolonial e descolonial, desvelando a conformação do sistema-mundo moderno colonial (Mignolo, 2003). Em seguida, por meio de um olhar epistemológico (Boullosa, 2020) sobre o campo da Avaliação de Políticas Públicas, discutimos suas caracterizações e a incursão de sua disposição no campo científico a partir da ideia de um antimanual (Boullosa et al.,

2021). Por fim, lançamos considerações acerca dos desdobramentos dessa possibilidade, apontando para a capacidade transformativa da avaliação (Ghiano, 2020) a partir da noção de subalternidade, ensejando provocações para fundamentar uma discussão que se segue nas possibilidades de um giro contra-hegemônico no campo.

## SITUANDO A OPÇÃO DESCOLONIAL

Dentro da diversidade de estudos que situam a crítica ao aspecto colonial em sua disposição do conhecimento científico legitimado, podemos destacar os chamados estudos subalternos, a proposta decolonial com o giro decolonial, e as posições contracolonial, anticolonial e descolonial.

Convém, contudo, antes de prosseguirmos, situar os sentidos de colonização. Assim, entendendo o colonialismo como o processo de dominação por meio da devastação e do genocídio empreendido pela Europa ao redor do globo, com a inscrição do cristianismo, do racismo e da escravidão como tecnologias de dominação e gestão de guerra (Césaire, 2020), situamos uma organização do mundo em um sistema-mundo colonial moderno sob a égide da modernidade (Mignolo, 2003). Ainda, para além do estabelecimento dos Estados-nação e da Ciência, este processo vincula-se ao desenvolvimento do capitalismo por meio da acumulação primitiva no ordenamento da riqueza advinda da exploração e espoliação (Wallerstein, 2011).

Ademais, a fim de atualizar e operar este processo de dominação, se impõem também as ficções de raça e do binarismo e colonialidade de gênero (Segato, 2012), amalgamando as noções de racismo e determinados patriarcados como tecnologias coloniais sobre os povos, sob a égide do eurocentrismo e branquitude, considerados primitivos e inferiores, por meio de elementos socio-históricos, analisados por distintos autores(as): a redução do sentido africano para o adjetivo negro, o que, conforme Mbembe (2018), pode ser apontado como talvez a maior violência do processo colonial; a emergência do signo da América onde se localiza Abya Yala<sup>2</sup> (Porto-Gonçalves, 2009); o apagamento histórico das vicissitudes e desdobramentos da Revolução do Haiti na conformação da modernidade em detrimento da Revolução Francesa, tomada como modelo e marco fundamental moderno (James, 2000); a conformação da branquitude como lugar social de

poder e impressão da supremacia racial por meio da ideologia de branqueamento e manutenção de poder por meio de pactos narcísicos (Bento, 2002); e especificamente, no caso do Brasil, a fundação de uma propalada identidade nacional em detrimento da identidade negra por meio do mito da democracia racial, utilizando-se a mestiçagem como forma de genocídio (Nascimento, 2016; Munanga, 2019).

Como se pode observar, apesar da diversidade de elementos, há, nesta empreitada colonial, uma ideia de subalternização. No campo dos chamados estudos subalternos, trazemos para a discussão apontamentos de Gayatri Spivak e Dipesh Chakrabarty. O sujeito subalterno, conforme explicita Spivak, ao comentar Guha, diz de um sujeito que não é registrado na história, sendo, por conseguinte, incapacitado de incidir como agente histórico, em que essa incapacidade é fruto da sistemática ação da formação do Estado (Guha, 1983 apud Spivak, 2010).

Ao realizar esta incursão, a autora indiana critica a premissa essencialista de uma autonomia do sujeito, a qual localiza na tradição do pensamento gramsciano acerca dos processos contra-hegemônicos, tendo em vista que o sujeito é, irredutivelmente, heterogêneo e, ademais, inscrito em uma disposição do mundo que diz respeito a uma sociedade pós-colonial, isto é, cindida por meio do investimento eurocêntrico, capitalista e de branquitude em que se constrói os Estados-nação, advinda do processo colonial.

Dessa forma, mais do que falar, o sujeito subalterno diz de uma necessidade de ser ouvido (Spivak, 2010). Para expressar a materialização deste aspecto, a autora exemplifica a criminalização de rituais, empreendida pela colonização britânica na Índia, na medida em que, a exemplo, o ritual de autoimolação das viúvas a partir do falecimento dos maridos é criminalizado na forma da lei. Tal criminalização aponta, que, na conformação desse ato público, há o delineamento de um Outro que não é capaz nem de falar nem ser ouvido: trata-se da própria mulher na realização do ritual. Essa disposição alarga a ocupação naquele território para além do aspecto mercantil, incidindo sobre os regimes de sociabilidade por meio do aspecto salvacionista empreendido por esclarecidos (os homens brancos ingleses) contra os primitivos (as mulheres e homens indianos), restringindo a mulher a um objeto de proteção, isto é, a um corpo depositário da intencionalidade imperialista e colonial, materializada na textualidade institucional moderna, que mantém a dominação masculina na

<sup>2</sup> O nome atribuído à região do continente americano como América advém do processo colonizador. Antes disto, povos diversos que habitam a região atribuem significados e nomeações próprias ao território. Dessa forma, a conceituação Abya Yala vem sendo utilizada pelos povos indígenas originários da região continental a fim de contrapor a deslegitimação colonizadora que dá ao território o nome de América em um movimento político de autoafirmação e autodeterminação, por meio da construção da unidade e pertencimento (Porto-Gonçalves, 2009).

composição entre o imperialismo e o patriarcado branco europeu sob a égide da colonialidade.

Nesse pensamento, a expressão dessa violência bloqueia a fala e a escuta por meio da subalternidade na conformação de um país, no sentido de que, como assevera Spivak (2010) acerca da divisão internacional do trabalho, as formas de Estado-nação modernas estabelecem uma divisão entre mundos que podemos entender como primeiros e terceiros mundos, países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Estes últimos, os quais, situados no ângulo do capitalismo periférico, incidem a reticência de existirem mediante sejam constituídos e inseridos na geopolítica do capital como plataformas de acumulação financeira em processos de rentismo neoextrativismo.

Assim, o sujeito subalterno se encontra desinvestido de agência e é incapaz de falar ante um investimento de produção de subjetividade massificada em um agenciamento coletivo, quiçá capaz de ser ouvido, pois sua gramática não é reconhecida pelo regime de sociabilidade empreendido no sistema-mundo moderno colonial. A partir dessa impossibilidade de autoinscrição, o que resta ao sujeito subalterno fora a instrumentalidade colonial eurocentrada?

Em todo este processo de escrita do texto moderno colonial há uma referência à Europa como centro conjugada em países de primeiro mundo, desenvolvidos ou do Norte Global. É neste sentido que convém situarmos a ideia de provincializar a Europa, que se trata da crítica do grupo de estudos subalternos ao localizar primordialmente uma escrita da História, isto é, uma historiografia que se exerce sob pressupostos elitistas, imperialistas e eurocentrados. Assim, Chakrabarty (2000) argumenta que para o desenvolvimento de uma história subalterna, imprescindível para desvelar os fenômenos no âmbito de uma sociedade pós-colonial, é necessário que a analítica e a gramática do poder sejam relativamente dissociadas de uma história universalista do capital. Assevera, dessa forma, a crítica à formação do sistema de Estado-nação e de um irrefreado questionamento entre poder e conhecimento, uma vez que a própria história se inscreve como dispositivo de conhecimento (Chakrabarty, 2000).

Neste sentido, ao abordar a formação indiana frente à colonização britânica, Chakrabarty (2000) argumenta que os mecanismos institucionais, conformados na política de elite, estabelece uma verticalidade na qual se inscreve uma adaptação da sociabilidade indiana ao modelo hegemônico do colonizador. Diante disto, então,

a mobilização política subalterna convoca a uma horizontalidade em que a sociabilidade se organize por elementos de afinidade – que podemos entender como marcadores sociais, tais como, territoriais, de classe, gênero, raça, dentre outros – de acordo com as populações e comunidades envolvidas nessa mobilização política subalterna horizontal (Chakrabarty, 2000).

Além dos estudos da subalternidade, um outro ponto de inflexão para situar a opção descolonial, refere-se ao conceito de giro decolonial (Grosfoguel, 2007). Tal proposição estabelece por meio de trabalhos desenvolvidos no grupo Modernidade/Colonialidade, um grupo latino-americano dissidente de pesquisadores e pesquisadoras dos estudos subalternos que, por sua vez, passam a realizar uma estratégia de emancipação epistemológica frente ao epistemicídio, operando, sobretudo, com o conceito de colonialidade em seus desdobramentos em colonialidade do poder, do ser e do saber.

Na esteira dessas conceitualizações, realizadas por este grupo, podemos compreender a colonialidade como um modo de dominação advindo do colonialismo, de forma a atualizar os estatutos que fundam a civilização ocidental sob a égide do eurocentrismo, no âmbito da modernidade. Ao sistematizar este aspecto de colonialidade, Grosfoguel (2009) aponta alguns elementos, dentre os quais se pode destacar: a globalidade na formação de classes oriundas de diversas formas de trabalho escravo e exploração, organizadas pelo capital, no âmbito dos mercados mundiais; a coercitividade alocada na divisão internacional do trabalho, estabelecendo relações de centro-periferia; a constituição da administração colonial europeia em organizações militares com ocupações políticas nos territórios fora da Europa; a hierarquização racial com a adoção da branquitude europeia como referência em detrimento aos diversos povos ao redor do mundo; a hierarquização sexual constituída no patriarcado europeu que justifica e estabelece a dominação masculina e, além disso, enseja a adoção da heterossexualidade como referência; a imposição e estruturação do cristianismo em detrimento das formas espirituais dos povos e comunidades colonizados; o epistemicídio, deslegitimador de saberes e cosmologias dos povos colonizados, o que se justifica, se legitima e se atualiza a partir da composição científica e disposição do campo acadêmico; e a hierarquia linguística a partir das formas de comunicação por meio da imposição ou constituição das línguas e das falas europeias como oficiais dos Estados-nação e da produção

de conhecimento, enquanto as línguas dos povos colonizados são admitidas somente como folclóricas ou como uma dissidência cultural, restando impossibilitadas de se estabelecerem como dispositivo de produção de conhecimento.

Disso tudo, podemos depreender com Grosfoguel (2009), que os fundamentos do dispositivo de colonialidade se processam através de sistemas de hierarquização de pessoas, de povos e de conhecimentos, adotando-se como referência a Europa, a branquitude, a masculinidade heterossexual e o cristianismo. Em decorrência disso, Grosfoguel (2009) aponta, ainda, que o êxito do sistema-mundo moderno colonial trata de condicionar os sujeitos subalternos a pensar e se constituir na busca e referências pelas posições dominantes dos colonizadores. Isso está no âmago dos processos de epistemicídio e a tomada do sistema de valores cristãos tomados como referência.

De maneira breve, podemos compreender esse dispositivo de colonialidade como uma lógica de perpetuação do colonialismo que estabelece a organização da civilização no âmbito do ocidente moderno. Assim, fazendo referência ao argumento de Fanon (2008), para Grosfoguel (2009), o fim formal do colonialismo, isto é a retirada das tropas coloniais dos territórios, não garantiu o seu fim, pois este se mantém através de mecanismos diversos ligados à subjetivação e às dinâmicas institucionais.

Em suma, o trabalho desenvolvido pelo grupo Modernidade/Colonialidade argumenta que, em que pese a destruição do colonialismo formal com o fim da ocupação territorial, a colonialidade é um dispositivo que atualiza essa dominação como colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa atualização de dominação constitui especificamente a colonialidade do poder, na qual se conforma uma relação de dependência colonial legitimada pela classificação social a partir, sobretudo, da hierarquização racial (Quijano, 2009).

Acerca deste processo, Grosfoguel (2009) argumenta, também, que os processos de independência não romperam definitivamente a cisão colonial e hierarquização empreendidas, o que, dialogando para Quijano (2009), se deve ao conceito de raça que, conforme supracitado, surge como organizador da classificação social entre os povos através da colonialidade do poder. Neste sentido, emerge a colonialidade do saber na medida em que, para manter, atualizar e justificar essa supremacia racial, se promove o apagamento e silenciamento por meio da inscrição de formas legitimadas de conhecimento referenciadas nos elementos de colonialidade.

Diante disto é que se desenvolve a noção de giro decolonial, inscrita como o movimento sistemático de resistência aos aspectos mencionados (Grosfoguel, 2007). Assim, a opção decolonial se constitui como uma desobediência epistêmica no sentido de promover o desenvolvimento de um conhecimento não referenciado nestes aspectos, possibilitando a compreensão por esta outra via de intervenção nesta realidade colonial por meio da busca por uma emancipação epistemológica (Mignolo, 2008), aprofundando suas características em inflexões para além das situadas pelo grupo Modernidade/Colonialidade,

Outro conceito contribui para delinear a opção descolonial. Trata-se da contracolonialidade, que emerge com o desenvolvimento de saberes de luta no contexto brasileiro, situando a experiência de aldeias e quilombos na perspectiva de uma confluência (Santos, 2015) com elementos diaspóricos, isto é, uma experiência fundada na materialidade que interliga os povos em detrimento do sistema-mundo colonial moderno.

Essa disposição surge da crítica ao movimento decolonial ou a essa noção de giro decolonial, no sentido que, mais do que compreender essa gramática, é necessário enfrentá-la. Assim, a disposição contracolonial enseja o compromisso ético de ação política (Santos, 2015).

A partir disto, Mestre Nêgo Bispo, citado como Santos (2015), nos provoca, como interlocutores inscritos no ambiente acadêmico, a realizar o esforço de empreender a descolonização do pensamento etnocêntrico, mas também confluir para lutas com os povos nos territórios, para contracolônizar essa dominação colonialista. Afinal, quando consideramos a experiência brasileira e de brasilidade, inscritas sob o signo colonial, essa dominação e violência coloniais já são vivenciadas antes de se analisar estes aspectos academicamente na formação de grupos de pesquisadores diversos. Isto é, antecedem o estatuto acadêmico formal e mais do que conceituações apontam para um compromisso ético de luta contracolonial.

Essas experiências de compreensão apontam possibilidades de constituição analítica no seio de processos descoloniais que circunscrevem elementos de raça, território, sexualidade e gênero, ensejados ante a dominação empreendida a fim de atualização da colonialidade. Assim, são necessárias para conformar o processo avaliativo como opção descolonial, giro contra-hegemônico ou até mesmo, aprofundando a implicação, numa atividade contracolonial. Diante disto, é importante situarmos de forma breve essa disposição

do campo avaliativo com um olhar epistemológico para, em seguida retomarmos, as possibilidades do subalterno avaliar.

## O CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Acerca da avaliação, Guba e Lincoln (2011) a classificam em gerações, considerando o contexto de desenvolvimento do campo nos Estados Unidos: uma primeira geração caracterizada pela instrumentalidade técnica ligada ao gerencialismo, intimamente insculpida na ideia de mensuração e neutralidade; uma segunda geração, chamada descritiva, em que se exerce a atividade avaliativa em torno da descrição dos fenômenos; uma terceira geração em que se alarga o foco avaliativo em torno dos processos relacionados ao objeto por meio da composição técnica de descrições funcionais deste processo; e uma quarta geração, chamada responsiva, que empreende relevante mudança na disposição das práticas do campo ao incorporar elementos pluralistas e construtivistas e uma posição ética da figura do avaliador ante à primazia gerencial e quantitativa (Guba; Lincoln, 2011).

Essa caracterização tornou-se clássica nas sistematizações do campo. Contudo, em que pese as diversas perspectivas sobre o desenvolvimento do campo da Avaliação de Políticas Públicas e seus desdobramentos, relacionados aos processos gerencialistas de mercado, que conformam o desenvolvimento do Estado neoliberal, nos propomos a lançar o olhar epistemológico, disposto por Boullosa (2020) e Boullosa et al. (2021), para a composição do campo: científico-experimental, gerencialista, participativa, antropológica e axiológica.

Resumidamente, a autora e autores situam a disposição científico-experimental como uma matriz positivista, marcada pela objetivação da realidade observável na dissociação entre fatos e valores, tomando a ideia de conhecimento balizado por evidências experimentais e mensuráveis advindas do processo avaliativo à guisa de uma pretensa neutralidade; já, a escola de pensamento gerencialista ancora-se no funcionalismo, na racionalidade instrumental e na empiria, adotando aspectos positivistas e de análise racional à guisa de eficácia, eficiência e efetividade no âmbito da Administração Pública, em uma pragmática na qual o conhecimento avaliativo produzido deva subsidiar a

ação do Estado; uma terceira disposição, refere-se à composição participativa, que alinha-se ao construtivismo, a fim de situar a produção do conhecimento coletivo, pactuado e posicionado dentro do agir comunicativo, por meio da busca pelo agenciamento dos atores diversos relacionados com o objeto de avaliação em uma perspectiva democrática; a escola antropológica desenvolve-se na perspectiva da abordagem e estudos culturais com apelo ao método etnográfico na construção de descrições densas de redes de significados acerca do objeto de estudo, territorializando o processo avaliativo; e, por fim, a escola axiológica, que advém do reconhecimento da existência de racionalidades múltiplas que incidem nos processos decisórios no âmbito da Gestão Pública, desdobrando o paradigma crítico e interpretativo por meio da noção de valor que inscreve o conhecimento como normativo e subjetivo (Boullosa, 2020).

Além disso, há, na literatura brasileira, outras sistematizações que foram realizadas situando o campo em alguns grupos de abordagem: tradicionalistas, construtivistas e pluralistas (Tinôco; Souza; Oliveira, 2011), bem como posicionando a avaliação quanto: ao agente que avalia e quem participa do processo de avaliação; à sua natureza; ao momento e ao tipo de problema ao qual se delinea e se busca responder (Ramos; Schabbach, 2012).

Ademais, observamos que essa configuração comporta um movimento de avanço de tecnologias gerencialistas e universalistas sobre países do capitalismo periférico, atrelado a financiamentos internacionais, constituindo guias e manuais sistemáticas de avaliação generalizadas, especialmente para a América Latina, se estabelecendo como modelos hegemônicos tradicionalistas, tecnicistas e gerencialistas (Faria, 2005; Trevisan; Bellen, 2008; Tinôco; Souza; Oliveira, 2011; Guba; Lincoln, 2011; Gussi; Oliveira, 2015; Boullosa et al., 2021).

A adoção dessa perspectiva hegemônica envolve uma série de problemáticas, tais como, a negligência aos atores envolvidos nas políticas e programas, reproduzindo e atualizando-se a subalternização dos sujeitos por um agente especialista externo a cumprir uma agenda.

Contudo, na perspectiva de romper com esta lógica, se adotam perspectivas pluralistas, nas quais a avaliação se converte em construção coletiva dos diversos atores envolvidos, qualificando a ação pública e guiando o processo avaliativo a partir, também, de trajetórias institucionais e do envolvimento com a política (Gussi; Oliveira, 2016a; 2016b).

Diante disto, se observa uma multiplicidade de saberes e posicionalidades frente à atividade avaliativa, a qual vai se constituindo em um movimento gradativo de ampliar e alargar respostas a demandas configuradas no seio do Estado e materializadas na ação pública para a constituição de saberes e práticas, entendidas como dispositivos de produção de conhecimento avaliativo. Esses movimentos contra-hegemônicos situam a atividade avaliativa para além do aspecto funcional e gerencial de ferramenta de intervenção para buscar desenvolver outras ferramentas analíticas e metodológicas a partir da modulação de atividades na construção plural de conhecimentos com agentes e atores diversos inscritos na complexidade dos fenômenos humanos.

Consideramos que este processo gradativo contra-hegemônico se estabelece principalmente a partir de alguns elementos. Destacamos o sentimento pós-construtivista (Lejano, 2012), que trata de conformar os dados que constituem a base empírica do processo avaliativo *in loco*, isto é, no próprio campo da experiência que materializa a ação pública, convocando esforços do avaliador de envolvimento com os atores sociais no processo político. Com isso, há a perspectiva de circunscrever aspectos culturais que ensejam a ação pública na conformação da política pública, trazendo, para o processo avaliativo, por meio da disposição de diferentes trajetórias políticas e institucionais (Gussi, 2008), o que advém, inclusive, dos desdobramentos de uma perspectiva de avaliação em profundidade (Rodrigues, 2008; 2016); e, por fim, o reconhecimento do aspecto intersubjetivo na valoração das experiências e do processo decisório acerca da ação e usos da política pública.

Identificamos que essas disposições surgem ante à necessidade de transcender o aspecto gerencial e instrumental que diminui o alcance da atividade avaliativa na conformação de manuais e guias hegemônicos, em um movimento contemporâneo de estabelecer uma ideia de antimanuais (Boullosa et al., 2021), isto é, a potencialização do esforço avaliativo levado às últimas consequências como dispositivo de produção do conhecimento situado e posicionado.

Dessa forma, o giro contra-hegemônico com relação ao campo da avaliação se daria a partir de algumas propostas, ao se considerar no plano processual avaliativo: o ordenamento contemporâneo das intervenções estatais que modulam a ação pública e a vida social em regimes de sociabilidade, as relações de poder conformadas em

jogos de interesse, o universo cultural dos sujeitos envolvidos na política, a formação de outra agenda a partir da ação política social dos agentes diversos. Tais elementos, em seu conjunto, criam uma avaliação implicada (Boullosa et al., 2021) ao cotidiano institucional e extra institucional da política, impressa na construção de trajetórias institucionais, associadas às trajetórias de vida dos agentes, em uma avaliação participativa, que articula texto (da política) e contexto (dos atores) e permite o desenvolvimento de novos indicadores socioculturais construídos, sobretudo, com etnografias, enfatizando a cultura no processo da política pública (Gussi; Oliveira, 2015; 2016a; 2016b). Ademais, conforme bem observado por Ghiano (2020), esse processo avaliativo incide uma capacidade transformadora da realidade social.

Contudo, reconhecendo e aprofundando esses aspectos contra hegemônicos, este artigo chama a atenção para elementos sociais que conformam um mundo sob uma dinâmica colonial de legitimação e atualidade da violência e opressões diversas, que ensejam os processos de dominação, inaugurados pelo colonialismo e mantidos por meio da colonialidade do poder, do saber e do ser na inscrição de um sistema-mundo, que escreve um texto moderno de supremacia econômica, racial e sexual em formas de governar, despejando sobre corpos considerados anormais uma violência total, além da expropriação e espoliação da terra e dos saberes (Ferreira da Silva, 2019). Afinal, como aponta Boullosa (2020), ao lançar o olhar epistemológico para o campo, há o desenvolvimento de um futuro engajado no processo de democratização das sociedades, o que se inscreve, sobretudo, na democratização do conhecimento, e, portanto, do conhecimento em avaliação de políticas públicas.

Diante disto, questionamos como e onde se situam os atores e agentes do campo da Avaliação de Políticas Públicas frente a esse cotidiano de subalternização, violência e colonialidade, dispendo a provocação de nos perguntarmos se, afinal, pode o subalterno avaliar?

## AFINAL, PODE O SUBALTERNO AVALIAR?

O desenvolvimento de estudos no campo da Teoria Social e da política que se dão por meio do reconhecimento dos dispositivos colonialistas e da atitude emancipatória, seja no campo da luta política seja no campo epistemológico, vem conformando saberes que permitem tangenciar a prática avaliativa de políticas e discussões do Campo de Públicas, tendo em vista que as políticas públicas materializam a ação pública em mecanismos de regulação de direitos e aspectos inerentes à disposição do Estado. É importante ressaltar que isso torna imprescindível o desenvolvimento de esforços no Campo para além do próprio acesso de sujeitos subalternos no ambiente acadêmico, que ainda detém a primazia pela atividade avaliativa no sentido de pesquisa. Como Santos (2015), inclusive, nos provoca, a própria disposição da ritualística científico-acadêmica anuncia uma colonialidade.

Neste sentido, por meio dessas notas reflexivas iniciáticas, observamos algumas perspectivas que consideramos necessárias ante essa condição de subalternidade: a disposição de hierarquias a partir da composição de um sistema-mundo colonial moderno, a atualização do colonialismo por meio dos dispositivos da colonialidade, o eurocentrismo, o racismo e o cisheteropatriarcado, ancorados nessa dominação, e uma geopolítica do capital que institui modos de relação dependentes entre os Estados-nação. Mas como realizar a decomposição destes aspectos a partir do processo avaliativo de políticas públicas? Aliás, é possível realizar essa decomposição? Em outras palavras, como é possível descolonizar, no Campo de Públicas, a partir da avaliação?

Tendo em vista a proposição de Quijano (2014), que situa como as noções de raça e racismo se constituem como o princípio organizador que estrutura essas múltiplas hierarquias, comecemos por aí, considerando em particular, para este momento, o racismo antinegro.

Fanon (2008), ao se debruçar sobre o processo de subjetivação do racismo, aponta para duas dimensões do fenômeno: uma econômica e outra que se dá pela epidermização da inferioridade. Diante disto, convém adotarmos um sentido de descolonizar que consiga abarcar estes elementos e, assim, situamos a descolonização como a devolução do valor total expropriado do trabalho escravo e das terras nativas, na medida da constituição de uma dívida impagável, inscrita neste texto

moderno, que despeja uma violência total descarregada no corpo racializado (Ferreira da Silva, 2019). Isso atualiza esse projeto colonial por meio da fundação do arquivo racial-colonial-sexual, na medida em que institui uma economia que engendra riqueza e pobreza, mas perpassa também o governo com a raça, com o sexo, com o gênero e com a religião.

Essa proposição aponta para o aspecto econômico materializado no processo de subjetivação racial conformado pelo Estado-nação na disposição da colonialidade. Ora, a formação jurídico-institucional que encarna esse projeto colonial, e que chamamos Estado, se inscreve na geopolítica do capital por meio da constituição de um sistema de dependência na qual os Estados-nação do capitalismo periférico, alvos das empreitadas coloniais e depositários da diáspora da escravidão negra e da violência e espoliação contra seus povos nativos (Césaire, 2020) e, nesse sentido, se organizam como plataformas de acumulação financeira, o que nada mais é do que a instrumentalização de corpos raciais generificados, inseridos no sistema-mundo colonial moderno como instrumentos financeiros do capital global.

Inclusive, essa generificação é necessária para o delineamento deste processo no sentido de que a mestiçagem subsidia a subalternização (Ferreira da Silva, 2019). Ademais, a constituição dos sujeitos chamados pardos é crucial para a formação da identidade nacional brasileira (Munanga, 2019), fundada na ideia de mito da democracia racial e no desenvolvimento de um corpo social pautado no branqueamento, o que anuncia aí uma disposição colonial com referência no masculino europeu universal heterossexual.

Esse texto colonial moderno escreve um código que anuncia, para além de uma dívida impagável (Ferreira da Silva, 2019), um fim do mundo (Krenak, 2019), e comporta a organização societária e da própria vida psíquica, a qual, surge alienada e violentada sob a égide da Psicopatologia (Fanon, 2008), no arquivo racial e na disposição arquitetônica dos mecanismos de regulação da vida, tais como as políticas públicas (Harney; Moten, 2017a; 2017b), instrumentos de gestão da vida e da morte, materializados na ação pública sobre corpos subalternizados.

Retomando esse olhar epistemológico do campo da avaliação de políticas públicas, se autores(as) como Ghiano (2020), Lejano (2012), Rodrigues (2008, 2016), Guba e Lincoln (2012) e Gussi e Oliveira (2016a; 2016b) apontam a incontornável aceitação das dinâmicas intersubjetivas

na conformação da avaliação de políticas, com foco na experiências dos atores, é diante da opção descolonial ante a constituição de uma dívida impagável em um fim do mundo essencialmente racializado, que propomos, para o campo, a realização de um giro que desvele esse aspecto ante o Estado-nação, de forma a desdobrar elementos alargados no campo avaliativo ante a supremacia racial-sexual atualizada sob o julgo de uma colonialidade.

Assim, considerando o processo de avaliação de políticas públicas, para além da inclusão de subalternizados, nos debruçamos sobre a perspectiva de sujeitos subcomuns, o que subsidia uma atitude política frente a esse fim do mundo, isto é, a emergência de uma atitude ético-política de não só acabar com este mundo, na perspectiva posta da destruição do ponto de vista que justifica o colonialismo (Harney; Moten, 2017a; 2017b).

Neste sentido, propomos, antes de tudo, situar a crítica às políticas públicas na medida em que são colocadas como formas de reparação no âmbito da governança, isto é, como estatuto de regulamentação da vida política instaurada pela branquitude (Harney; Moten, 2017a; 2017b). Elas são, inclusive, delineadas sobre o sujeito universal do texto colonial moderno (Ferreira da Silva, 2019) que, no caso do sujeito negro, comporta-o como subalternizado, senão pela condição de negro-tema em detrimento de negro-vida (Guerreiro Ramos, 1995), isto é, o corpo negro como objeto indiscriminado da pesquisa científica e da ação pública, manipulado, observável e não considerado enquanto sujeito em sua vida.

Por fim, situamos a dimensão da interseccionalidade, isto é, a lente da indissociabilidade entre as opressões de raça, classe, gênero, território, entre outras, articuladas nas matrizes de dominação (Collins; Bilge, 2021), como ferramenta analítica e teoria social crítica (Collins, 2019), em que passamos para a vivência desse componente racial a partir também do gênero. Nesta perspectiva, compreendemos que a vivência destes elementos se comporta de forma indissociada e tomando mais uma das inspirações do pensamento pós-colonial e também contracolonial, situamos a territorialização no aspecto de brasilidade.

Assim, remontamos a Gonzalez (1984), ao desvelar o processo colonial de instituição de brasilidade ao, mais do que se perguntar se o subalterno – mais precisamente a subalterna – pode ou não falar e ser ouvido, falar numa boa<sup>3</sup>. E, ao fazer isso, situar as dimensões reticentes

da mulher negra brasileira inscrita no projeto de país como mãe preta, mulata e mucama, desdobrada como criada ou doméstica e, por vezes, ama-de-leite, que se desdobra como a verdadeira mãe ou a responsável pela função materna do país (Gonzalez, 1984). Ao desvelar essas figuras de dominação sobre a experiência subjetiva e assimilação da mulher negra no projeto brasileiro por meios da conjugação com a teoria psicanalítica, Gonzalez (1984) localiza o significante da experiência negra como disparador da brasilidade, o que, no âmbito da neurose cultural brasileira, é encenado por meio do recalque.

Ademais, conforme podemos compreender a partir do racismo estrutural (Almeida, 2019), esse aspecto racial e racista conforma a organização societária pós-abolição na composição de uma estrutura de classe que engendra a situação de pobreza vivenciada pela população negra no país.

Entendemos, pois, que a compreensão destes aspectos, a apontar a interseccionalidade e seus desdobramentos analíticos e práticos, alarga o compromisso e possibilidade de atuação da atividade avaliativa no país, não somente com a participação dos subalternos e sim a partir dos subalternos, ou melhor subalternizados, em que os mesmos se constituam como avaliadores, uma vez que, mesmo que essas perspectivas pluralistas da Avaliação de Políticas configurem um campo interdisciplinar e diverso, elas, desde o ponto de vista aqui exposto, devem enfrentar o ranço da matriz colonial ao circular o conhecimento no campo da pesquisa científica e acadêmica, ou na elaboração de desenhos de avaliação sob a demanda dos governos.

Tomando a provocação contracolonial de Mestre Nêgo Bispo, o que nos faz desenvolver o campo ainda nestes espaços e não em alianças e confluências com a luta dos povos? Por mais que o desvelamento de elementos e abordagens contra-hegemônicas desloquem o ranço gerencial da avaliação: por meio de elementos analíticos experienciais, a partir da conjugação do método experiencial com a avaliação em profundidade (Lejano, 2012; Rodrigues, 2008, 2016); a abordagem antropológica o foco nas trajetórias dos atores e agentes nas dinâmicas da cultura institucional das políticas (Gussi, 2014; Gussi; Oliveira, 2016); elementos advindos do valor e argumentos, inerentes ao processo político (Boullosa, 2020); o desenvolvimento de estratégias participativas e avaliação territorializada no campo material da política (Furtado, 2001); bem como aos encaminhamentos epistêmicos de uma avaliação situada e reflexiva, que nos levam um anti-manual de

<sup>3</sup> “Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise (...) por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 1984, p. 225).

avaliação (Bollousa et al., 2021); ensejamos a necessidade de uma implicação para a transformação social (Ghiano, 2020) no sentido conjurar a violência colonial que estabelece uma dívida impagável e comporta a inscrição deste fim do mundo (Ferreira da Silva, 2019).

Ademais, aprofundando o caráter de subalternização ou possibilidade de fala, escuta e silenciamento, convém situarmos os episódios de racismo cotidiano, empreendidos por Kilomba (2019), ao colocar a tecnologia do uso da máscara sobre a escravizada que, para além da proibição de alimentação, está implícita a manutenção do silêncio na impossibilidade de se manifestar, questionar quem pode falar e, mais do que isso, não saber. Essa ideia de plantation estabelecida por essa dinâmica colonial sob a égide da branquitude aponta para um fim do mundo, o que convoca o reposicionamento dos estatutos de saber e, inclusive, de circulação pelos espaços.

Assim, o mundo está findo no advento da colonialidade que se faz via obliteração da experiência racial na constituição do Estado-nação brasileiro e nós, avaliadores, o que faremos? Sobretudo, quando subalternos que não restamos inscritos no espaço acadêmico, o que faremos com os resultados de avaliação?

Ao contrário do que dissociar a importância do desenvolvimento da pesquisa de uma implicação, essas provocações remontam um possível equívoco que é sistematizar e construir o Campo de Públicas sem levar em consideração a matriz colonial que o dispõe.

Fazendo referência aos esforços analíticos ilustrados nos tópicos anteriores, remontamos ao exercício analítico de Mestre Nêgo Bispo a fim de inspirar uma avaliação contracolonial, inscrita nos desvelamentos brasileiros, tendo em vista que em Colonização, quilombos, modos e significações, desvela essa brasilidade a partir da colonização com o catolicismo, das empreitadas de dominação dos povos indígenas com tentativas de genocídio e escravidão, do caráter central da tecnologia da escravidão na formação social e econômica, no mito da democracia racial, na mestiçagem e nos projetos de desenvolvimento ensejados no seio do Estado brasileiro, advindos do regime de exploração capitalista, tudo isso subsidiando uma analítica para a luta contracolonial (Santos, 2015).

Dessa forma, a fim de empreender possibilidades de um giro contra-hegemônico com a conformação de um processo avaliativo da subalternidade, ensejamos o desenvolvimento de uma sistematização de práticas no campo da avaliação de políticas públicas, inscritas,

inicialmente, na formação colonial do Estado-nação brasileiro e passando pelos elementos de fundação desse Estado, a saber, a ficção racial e de gênero, a mestiçagem à guisa da democracia racial, a tecnologia da escravidão, a posicionalidade dos sujeitos subalternos, dentre outros, isto é, por meio da irrefreável consideração da matriz colonial para engendrar o processo e o esforço avaliativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de trazer provocações para a atualização e conformação do campo, elaboramos um ensaio com breves elementos analíticos que situam a matriz colonial na conformação do campo científico em sua dimensão tangenciada na Avaliação de Políticas Públicas. Foram apresentadas notas iniciáticas sobre algumas perspectivas que se debruçam sobre o processo colonial e os dispositivos da colonialidade que mantêm e atualizam esses aspectos de dominação e conformam o Estado e a Ciência, de resto, aspectos intimamente ligados ao campo hegemônico da atividade.

Observamos, no desenvolvimento do campo da Avaliação de Políticas Públicas, a tentativa de alargar o alcance avaliativo para além de manuais e guias com a conformação de saberes e práticas que levam em consideração o aspecto cultural, as dinâmicas institucionais, as trajetórias, dentre outros aspectos, em uma perspectiva construtivista, pluralistas, participativa e argumentativa, a conformação de contra-hegemonias no campo.

Contudo, ao sistematizar brevemente este campo e inscrevê-lo no cotidiano brasileiro, observamos a necessidade de desvelar e conjurar essa brasilidade como projeto colonial a fim de empreender um esforço avaliativo no qual o subalterno avalie, mais do que participe do processo.

Isso seria possível por meio de um giro contra-hegemônico com o necessário desvelamento e consideração dessa matriz colonial, apontando para a capacidade transformadora da avaliação, entendendo, ainda, as dinâmicas coloniais da ação pública, bem como a inscrição de caminhos diversos possíveis para fazer frente a tal. Dentre os quais, foram apresentados, neste ensaio, ainda de que forma breve e com proposições iniciáticas, a opção decolonial com o giro decolonial, reelaborada em uma opção descolonial, a

proposição de Spivak e Chakrabarty das possibilidades do subalterno – ou poderíamos dizer, a subalterna – falar e fazer agência e provincializar a Europa, respectivamente, e a posição contracolônia. Portanto, urge incrementar a crítica visando a atualização e o desenvolvimento do campo a fim de estabelecer a possibilidade do exercício descolonial de avaliação de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002. 169f. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento\\_do\\_2002.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 9-37, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61647/162641>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas et al. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, e100521, 2021. Disponível em: <https://www.rbaval.org.br/journal/rbaval/article/doi/10.4322/rbaval202110005>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. Introduction: the idea of provincializing Europe. In: \_\_\_\_\_. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton/Oxford: Princeton University

Press, 2000. p. 3-23. Disponível em: <http://assets.press.princeton.edu/chapters/i8507.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as Critical Social Theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo/Living Commons, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 165-181, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PMw3HTMsmxzHLsJYWYdS6Bp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GHIANO, Celeste. La capacidad transformativa de la Evaluación. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 138-153, 2020. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58753/1/2020\\_art\\_cghiano.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58753/1/2020_art_cghiano.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C%20A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

GROSFUGUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, Londres, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502380601162514>. Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 41-91, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/2354>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GUERREIROS RAMOS, Alberto. **Introdução à sociologia crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GUSSI, Alcides Fernando. **Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica**. VALENTE, H. A.; PRADOS, R.M.N.; SCHIMIDT, C (org.) A música como negócio. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

\_\_\_\_\_. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**. UFC, número 1, 2008, p. 29-37.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. The cultural dimension of public policy evaluations: an anthropological approach. **Evaluation Connections European Evaluation Society Journal**, set. 2016a.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.83-101, 2016b. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Gussi\\_Oliveira.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E**

**PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS**, 1, 2015, Brasília. Anais... Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. Disponível em: [https://www.anepcp.org.br/acp/anaisnepcp/20161128173253\\_sl\\_alcides\\_fernando\\_gussi.pdf](https://www.anepcp.org.br/acp/anaisnepcp/20161128173253_sl_alcides_fernando_gussi.pdf). Acesso em: 14 mai. 2021.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. El planear y las políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Los abajo communes**: planear fugitivo y estudio negro. Cidade do México: Cooperativa Cráter Invertido, 2017a. p. 107-126. Disponível em: [https://transversal.at/media/AComunes\\_WEB\\_pags.pdf](https://transversal.at/media/AComunes_WEB_pags.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Negritud y gobernanza. In: \_\_\_\_\_. **Los abajo communes**: planear fugitivo y estudio negro. Cidade do México: Cooperativa Cráter Invertido, 2017b. p. 71-90. Disponível em: [https://transversal.at/media/AComunes\\_WEB\\_pags.pdf](https://transversal.at/media/AComunes_WEB_pags.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 25-30, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231/10939>. Acesso em: 18 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: \_\_\_\_\_. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-294, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/31893/18057>. Acesso em: 18 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008\\_art\\_lcrodrigues.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

SANTOS Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, s.p., 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA, Alba Barbosa de. Avaliação de Políticas Públicas: modelos tradicional e pluralista. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 305-313, 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/847/869>. Acesso em: 14 mai. 2021.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011. Disponível em: [https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/495082/mod\\_resource/content/1/Wallerstein-Modern%20World-System%20I.pdf](https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/495082/mod_resource/content/1/Wallerstein-Modern%20World-System%20I.pdf). Acesso em: 14 mai. 2021.